MINISTÉRIO DO TRABALHO

Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios
e de Previdência Geral

Direcção dos Serviços da Tutela dos Organismos de Assistência Pública
e Beneficência Privada

Decreto n.º 7:993

Sob proposta do Ministro do Trabalho: hei por bem decretar que os artigos 3.º e 4.º do regulamento da Casa Pia de Lisboa, de 28 de Junho de 1919, fiquem redigidos da seguinte forma:

Artigo 3.º Aos sub-directores compete auxiliar o director no desempenho de todas as funções e especialmente: a um a inspecção dos estudos e a superintendência de todos os serviços das aulas e oficinas frequentadas por alunos; ao outro, a inspecção e a superintendência dos serviços administrativos e dos de vigilância e disciplina.

§ único. O director será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo sub-director mais antigo no serviço.

Artigo 4.º O director e os dois sub-directores constituem um conselho, ao qual incumbe pronunciar-se sobre os orçamentos de receita e despesa do estabelecimento, estudar e apreciar reformas de serviços, deliberar sobre contratos de fornecimentos, leilões e arrendamentos, no-

meações de empregados, admissão de alunos e reclamações de qualquer natureza, e além disso sobre outros assuntos que o director entenda que devem ser considerados em conselho, ou quaisquer outros para que os sub-directores peçam a sua convocação.

§ 1.º O conselho reunirá ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que para esse efeito seja convocado pelo director, será por este presidido, e das suas sessões redigirá as respectivas actas o sub-director mais moderno, que servirá de secretário.

§ 2.º Os vencimentos do director e dos sub-directores são os consignados no decreto n.º 5:604, de 10 de Maio de 1919, publicado em 30 do mesmo mês e ano.

§ 3.º O director e o sub-director encarregado da inspecção e superintendência dos serviços administrativos e dos de vigilância e disciplina terão, além do vencimento, direito a casa para habitação, água, luz e um servente para o seu serviço, devendo quanto ao segundo, emquanto a Casa Pia não tenha casa própria que lhe forneça, ser-lhe este direito compensado com a quantia de 40\$ mensais.

§ 4.º Enquanto, porém, estiver em exercício o sub-director que prestava serviço na Casa Pia à data da promulgação do decreto n.º 5:604, de 10 de Maio de 1919, pertencer-lhe hão todas as regalias que ao presente goza.

O Ministro do Trabalho assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 27 de Janeiro de 1922.— ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — Augusto Joaquim Alves dos Santos.